

UMA POLÍTICA DE DESTRUIÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA

QUE É PRECISO TRAVAR!

A política de ataque à Escola Pública e às suas características fundamentais, que levou ao encerramento desde 2002, de mais de 6500 escolas do 1º ciclo do ensino básico (em média 500 por ano), tem um novo desenvolvimento com a decisão por parte do governo PSD/CDS-PP de encerrar mais 439, governo que já encerrou 530 desde 2012.

A GRANDE MAIORIA ENCERROU DESDE 2006:

Com Maria de Lurdes Rodrigues (I Governo PS/Sócrates) encerraram 2500 escolas.

Com Isabel Alçada (II Governo PS/Sócrates) encerraram 701 escolas.

Com Nuno Crato (Governo PSD/CDS-PP) encerraram 530 escolas até agora.

O ENCERRAMENTO DE ESCOLAS

É PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO EM CURSO DE PRIVATIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA

Sempre que fecham escolas públicas, aumenta o número de licenciamentos para novos colégios privados, financiados pelo Estado.

O encerramento das escolas que o governo quer impor, não se desliga da política de destruição do serviço público que tem levado ao fecho de outros serviços de proximidade.

À revelia das realidades concretas dos territórios e sem atender a objectivos fundamentais de desenvolvimento social e económico do país e das regiões, bem como sem considerar o direito fundamental a uma Educação Pública e de qualidade, o actual governo prossegue e insiste no encerramento de escolas.



OS INTERESSES PEDAGÓGICOS SÃO SUBSTITUÍDOS POR OPÇÕES ECONOMICISTAS

O governo tem vindo a fazer um significativo esforço no sentido de levar os portugueses a acreditar que o anunciado abate de centenas de escolas é uma inevitabilidade sustentada em razões de natureza pedagógica. É MENTIRA!

São inconsistentes em termos pedagógicos, os argumentos do Ministério da Educação de que a socialização das crianças e os níveis de desenvolvimento das suas capacidades escolares estão dependentes da dimensão das escolas e do número de alunos. Exemplos anteriores confirmam que este processo de concentração tem levado à constituição de turmas com excesso de alunos.

No domínio do ordenamento da rede escolar, a complexidade das determinantes que antecedem as decisões desaconselha a uniformidade e o centralismo hoje instalados.

Milhares de crianças, com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos, vão ser obrigadas a deslocar-se das suas áreas de residência para as novas escolas de acolhimento, com percursos superiores a trinta minutos, por estradas muitas vezes pouco cuidadas, obrigando-as a sair de casa muito cedo e a regressar muito tarde.

É fundamental, para um desenvolvimento equilibrado das crianças, que no processo ensino-aprendizagem, o escolar não se distancie do educativo e que este só ganha sentido quando enraizado na comunidade e cimentado nas vivências das crianças.

**CONTRA O ENCERRAMENTO DE ESCOLAS,
A LUTA É O CAMINHO!**

O governo não respeita as Cartas Educativas, ignorando assim decisões legitimamente aprovadas pelos órgãos municipais e que correspondem aos interesses das comunidades que representam.

Nenhuma Escola deve encerrar sem acordo dos pais, dos órgãos autárquicos, e dos representantes dos profissionais de educação, e só se comprovadamente a alternativa for melhor para as crianças e para o processo de aprendizagem. É uma hipocrisia dizerem que estão preocupados com o desenvolvimento do interior e com a desertificação e optarem por fechar serviços públicos de proximidade que podem promover o desenvolvimento.

O PCP apela à indignação e ao protesto dos pais em particular e das populações em geral, no sentido de organizarem a luta contra o encerramento destas mais de 450 escolas.

